

O lado perverso da economia popular solidária: a exploração do capital nas relações de “trabalho solidário”

The perverse face of the solidarity economy: Capital exploitation in the relations of “solidarity labor”

Rosana Soares Campos¹
rosanascampos@yahoo.com.br

Christiane Campos²
chris_senhorinha@hotmail.com

Resumo

Embora haja experiências bem sucedidas de Economia Popular Solidária (EPS), assentadas em bases comunitárias, na descentralização do poder e nas relações horizontais de trabalho pelo Brasil afora, há também grupos de trabalho que, sob o discurso popular de trabalho solidário, constroem suas bases em relações verticais de poder e exploração da mão-de-obra. O objetivo deste trabalho foi discutir essas relações verticais no âmbito da Economia Popular Solidária, a partir de um estudo de caso na Oficina e Produção de Artesanato Sustentável Moicato, um grupo de trabalho organizado na comunidade da área de posse do Jardim Goiás I em Goiânia/GO. Foram observadas as relações de trabalho entre os membros do grupo, incluindo a distribuição de receitas e despesas, o poder de decisão e as causas da participação, entre outros aspectos, e verificou-se que, apesar de ser considerado um grupo de EPS, há uma relação tradicional de capital e trabalho, com exploração da força do trabalho. O poder de decisão é centralizado nas mãos de poucos membros, não há divisão dos lucros obtidos, e a maioria dos membros recebe por produtividade.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A contribuição deste *paper* é justamente a de chamar a atenção para este tipo de prática, problematizando a utilização do conceito, do discurso e da configuração jurídica de Economia Popular Solidária por determinados grupos que não aderem aos princípios básicos da EPS.

Palavras-chave: Economia solidária, capital, trabalhador e exploração do trabalho.

Abstract

Although there are many experiences of success of Solidarity Economy (SE) based on the decentralized power and labor horizontal relations in the Brazil, there are also many labor groups that, under the speech of solidarity labor, maintain a relationship of vertical power and worker exploitation. The aim of this paper is to verify these vertical relations in the Solidarity Economy studying the labor group Moicato Sustainable Workmanship Group, organized in the poor community of the Jardim Goiás I in Goiânia/Go. It observed the labor relations between the members, distribution of income and expenses, decision making and reasons for participation in the group. It was discovered that, even though this group belongs to a solidarity economy, there is relation between capital and work in which there exists work exploitation, centralization of power, and a lack of division of profit. This paper debates the undue use of the concept, speech and setting legal norms of the Solidarity Economy by groups that diverge from the SE objectives.

Key words: Solidarity economy, capital, worker and exploitation.

Introdução

Frente ao constante movimento de exclusão das classes subalternas à globalização capitalista, vem surgindo e se fortalecendo movimentos de resistência, caracterizados pela necessidade de sobrevivência material. Milhares de associações, cooperativas, grupos familiares e redes são o resultado de alternativas econômicas com base no trabalho solidário. Este mercado paralelo, integrado à economia de mercado, chamado Economia Popular Solidária (EPS) é visto como um vetor de desenvolvimento nacional e faz parte de movimentos sociais mais amplos, de uma intensa corrente antiutilitarista que luta pela reintegração da atividade econômica nas relações sociais através da desmercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro (Lisboa, 2004).

Embora haja experiências bem sucedidas de Economia Popular Solidária, assentadas em bases comunitárias, na descentralização do poder e nas relações horizontais de trabalho pelo Brasil afora, há também grupos de trabalho que, sob o discurso popular de trabalho solidário, constroem suas bases em relações verticais de poder e exploração da força do trabalho, numa demonstração de que o capital é capaz de se incorporar às diferentes vertentes do mercado econômico, metamorfosear-se, mas, no final, resultar no que sua lógica propõe: o lucro através da exploração do trabalho.

Como na esfera de Economia Popular Solidária, o capital atua nas entrelinhas das relações, o poder e a exploração tornam-se sutis, e, na superfície, este problema é quase imperceptível. É necessário, pois, mergulhar em determinadas relações de “trabalho solidário” para se descobrir até que ponto não é apenas uma nova forma, encobrindo o antigo processo de acumulação capitalista.

Este *paper* é o resultado de um estudo de caso sobre EPS na periferia de Goiânia. O estudo foi realizado na Oficina e Produção de Artesanato Sustentável Moicato, um grupo de trabalho organizado na comunidade da área de posse do Jardim Goiás I, com o objetivo de conhecer as relações de trabalho entre os membros do grupo, observando a distribuição de receitas e despesas, poder de decisão e as causas da participação, entre outros aspectos.

A Oficina está caracterizada como um grupo de desenvolvimento sustentável e Economia Solidária, e, por essa razão, obtém facilidades dos governos estadual e municipal, como espaços em feiras, mas, as ações dos representantes do grupo e as práticas de trabalho negam o conteúdo comunitário, emancipatório, alternativo e recíproco da Economia Popular Solidária.

A pesquisa se baseia em um estudo de caso, com aplicação de questionários entre os membros da Oficina, com seu devido consentimento, em dezembro de 2004. A pretensão foi chamar a atenção e colocar em discussão essa face perversa que a Economia Popular Solidária adquire, ao ser incorporada de forma eventualmente superficial pelos processos de produção do capital.

O objetivo da pesquisa surgiu das observações de uma das autoras sobre a existência dessa distorção da EPS no grupo de artesanato, quando trabalhou como voluntária no Núcleo Comunitário de uma faculdade que desenvolvia projetos na comunidade, na época. A pesquisa foi financiada com recursos das próprias autoras.

Para uma melhor compreensão das relações que se pretende estudar, faz-se inicialmente uma discussão teórica do conceito de Economia Popular Solidária e a

apropriação do capital a esta vertente da economia; em seguida faz-se a análise do estudo de caso, objetivando mostrar a incorporação das relações de trabalho solidário no modo de produção capitalista.

Economia Popular Solidária – uma discussão conceitual e a incorporação do capital nas relações de trabalho solidário

“Os europeus vivem num mundo de cidadãos, onde há relativamente poucos pobres. Nós vivemos num mundo de pobres, onde há poucos cidadãos” (Milton Santos, 2000, p. 28).

A afirmação de Milton Santos (2000) se torna ainda mais expressiva quando se verifica a pobreza no Brasil em números. De acordo com dados do IPEA (2003), 16 milhões de pessoas, correspondentes aos 10% mais ricos no Brasil, possuem 27 vezes a renda média dos 64 milhões que representam os 40% mais pobres no país. Além disso, na década de 90, em nenhum momento, os 40% mais pobres tiveram condições de adquirir as calorias mínimas mensais para sua alimentação. Conforme o diretor de políticas sociais do IPEA (1999), Ricardo Barros, dos 130 bilhões de reais destinados à área social, no orçamento de 1998, apenas 10% chegaram aos pobres.

Como aponta Rifkin (1995):

[...] em momentos em que nem o mercado nem o setor público são mais capazes de assegurar algumas das necessidades básicas das pessoas, se faz necessário que a população busque por si mesma, “restabelecendo, uma vez mais, alternativas viáveis para amortecer tanto as forças impessoais do mercado global como as autoridades governamentais, cada vez mais débeis e incompetentes” (Rifkin, 1995, p. 262 *in* Icaza, 2004, p. 2).

Há resistências, surgidas da necessidade de sobrevivência e de uma vida melhor. As condições econômicas desfavoráveis para os trabalhadores, causadas, na década de 80, pelo processo inflacionário e, depois, na década de 90, pelas políticas neoliberais, obrigaram os trabalhadores a encontrar estratégias alternativas para sobreviver a esses fenômenos.

Um dos caminhos foi a Economia Popular Solidária, que se fundamenta na cooperação e no favorecimento de relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade com adoção de formas comunitárias de propriedade.

A Economia Popular Solidária, fundamentada na cooperação, tem uma lógica que se difere da do mercado: a descentralização do poder. Uma característica que reterritorializa as relações econômicas, políticas e sociais em escala local, a partir do momento em que as pessoas se juntam em busca de uma vida melhor.

A EPS surgiu a partir de iniciativas de base comunitária, em geral construídas por organizações vinculadas aos setores populares. O campo da EPS, baseado na pequena empresa comunitária, na agricultura familiar, no trabalho doméstico, autônomo, nas cooperativas e empresas autogestionárias, busca superar os desafios do mercado, “constituindo-se como alternativa desde o interior das relações mercantis” (Lisboa, 2004, p. 3).

Numa perspectiva analítica, é possível verificar as modificações econômicas, sociais e políticas engendradas pela Economia Popular Solidária, compreendida, na visão de Laville (1994) *in* Lechat (2002), como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica está na organização a partir de fatores humanos. E se distingue tanto da economia estatal, que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional, quanto da economia capitalista centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais.

Nesta mesma direção, Gaiger (2000) argumenta que a Economia Solidária rivaliza com o setor privado na criação de postos de trabalho e com o Estado na oferta de serviços sociais. Além disso, segundo o autor, a EPS “rejeita a separação entre o social e o econômico, reconcilia a cooperação e a eficiência no trabalho e estabelece os fundamentos de uma socioeconomia solidária” (Gaiger, 2000, p. 22).

Guélin também aponta para esta diferenciação da economia solidária, a qual é composta de organismos produtores de bens e serviços. Porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, e o poder não tem por origem a detenção do capital, e a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros. (Guélin, 1998 *in* Lechat 2002).

A Economia Popular Solidária proporciona um desenvolvimento construído de baixo para cima, ancorada em dinâmicas locais, que têm como eixo a descentralização de poder. A tomada de decisões, a divisão de lucros e prejuízos devem ser de todos. Desse modo, forma-se uma rede horizontal de cooperação, caracterizada por Martinho (2003) como uma forma ou estrutura de organização capaz de reunir pessoas em torno de objetivos comuns. Segundo este autor, as redes formadas através dos processos de EPS representam “o padrão organizacional

mais compatível com as necessidades dos processos de desenvolvimento emancipatórios incluídos” (Martinho, 2003, p. 2).

Para Lisboa (2004), a grande lição dessas iniciativas é que, mesmo em situações difíceis, é possível construir alternativas, “sendo viável uma regulação social não verticalizada fundada na auto-organização sistêmica, descentralizada e democrática” (Lisboa, 2004, p. 6). Nesse sentido, Arruda e Boff (2000) apresentam o cooperativismo autogestionário e solidário como proposta para o desenvolvimento.

É nesse processo que ganha enorme importância a práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes; [...] o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da socioeconomia na nova era que se anuncia (Arruda e Boff, 2000, p. 4).

O pilar da Economia Popular Solidária está na participação efetiva que gera interesse coletivo. Muitos autores (Putnam, 1996; Peruzzo, 1998; Cavarozzi, 2000; Navarro, 2000; Baquero, 2001a; 2001b) compartilham da ideia de que, através da participação, cooperação e associação, é possível obter resultados mais democráticos no âmbito político, social e econômico.

Confiança e solidariedade também são variáveis importantes para se compreender o nível de comprometimento do indivíduo na cooperativa e seu consequente crescimento. Para Lisboa (1998),

“A solidariedade é um conceito ausente dos manuais de economia. Mas, as relações comunitárias são muito fortes na “economia dos pobres”. Sem elas não é possível entender como aqueles tão pobres logrem constituir uma economia operando com baixa produtividade e recursos tão limitados – inclusive os descartados como obsoletos, ineficientes – e sem acesso ao crédito. Estes recursos se potencializam pela força da solidariedade, a qual, como um outro fator econômico, desencadeia uma sinergia comunitária. (Lisboa, 1998, p. 16)

É na força da solidariedade que a cooperação se sustenta, cria laços, compromissos e permite que o homem se enxergue enquanto ser social, interdependente em uma rede de

relações que modifica o indivíduo, mas também é modificada por ele alterando constantemente os espaços geo-político-econômico-social. Na visão de Arruda e Boff (2000), a cooperação evidencia que:

[...] o indivíduo é um ser relacional, que só pode ser compreendido, e só pode agir, na complexidade das relações que constituem o seu ser. Assume que estamos todos interconectados no tempo e no espaço: conosco mesmos, com a natureza, com a sociedade e a humanidade enquanto espécie, e com cada pessoa. A compreensão desta interconexão, no entanto, não ocorre espontaneamente, sobretudo na cultura do extremo individualismo e egocentrismo que prevalece na atual etapa evolutiva da humanidade. Um processo de educação individual e comunitária se faz necessário, se uma comunidade deseja superar a cultura competitiva e agressiva dominante, e estabelecer laços sustentáveis de cooperação e solidariedade. A cooperação é fundamentada no reconhecimento mútuo, respeito, reciprocidade, receptividade e compaixão. A complementaridade é outro valor crucial que torna a cooperação uma forma viável de relação. Num ecossistema, as trocas não precisam mais ser mediadas apenas pelo interesse de benefício pessoal: o que prevalece é a busca do mútuo benefício, e também do dar. (Arruda e Boff, 2000, p. 29)

São nos aspectos apresentados acima que mais se diferem as cooperativas vinculadas à economia de mercado das vinculadas à economia popular solidária. Icaza (2004) trabalha o conceito de cooperativa sob os pontos de vista tradicional e novo, observando que as novas cooperativas se fundamentam no aspecto econômico-solidário:

Os empreendimentos vinculados ao que chamamos de “novas cooperativas” se constituem integrando explicitamente a busca de um estilo mais democrático, participativo, igualitário e autogestionário, superando os limites do que chamamos de cooperativismo tradicional. O surgimento e desenvolvimento deste grupo de novas cooperativas está geralmente associado a processos de intervenção de organizações vinculadas ao movimento popular e à construção de alternativas frente aos processos de exclusão social gerados pela profundidade da crise e o aumento do desemprego nos últimos anos. (Icaza, 2004, p. 7)

Essas “novas cooperativas” reconfiguram o espaço e ainda contribuem, através da prática solidária, na formação de identidades. “Sua atuação é descentralizada, formando um campo plural em que afinidades maiores geram articulações mais estreitas e estas, novas identidades; num processo contínuo de fusionamento e recomposição” (Gaiger, 2000, p. 23).

Na caracterização de Castells (2001), há três formas de construção de identidades: legitimadora, de resistência e de projeto. As identidades que vão surgindo a partir da prática

solidária podem ser caracterizadas como de resistência, “criada por atores que se encontram em condições desvalorizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade” (Castells, 2001, p. 24). O autor chama a atenção para esta forma de resistência coletiva diante das pressões e acredita que ela seja definida com clareza pelos fatores geográficos, históricos, econômicos e políticos que norteiam a vida dos agentes coletivos.

Mas é preciso ter em mente que, mesmo assentada em bases comunitárias, no interesse coletivo, na descentralização do poder, a Economia Popular Solidária não está imune à penetração do capital.

Nessa perspectiva, o capital, entendido como relação social, relação de exploração da força-de-trabalho pelos capitalistas (Gorender, 1985), penetra onde houver brechas. A relação de produção típica do capitalismo é o assalariamento, mas, muitas vezes, o capital é produzido e reproduzido através de outras relações, reveste-se de outras formas. Oliveira (1999) explica bem essa produção não-capitalista do capital no campo, em que os capitalistas

[...] se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria, e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não-capitalistas. [...] ele (o capital) cria, recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela a acumulação possa aumentar. (Oliveira, 1999, p. 80)

Casos semelhantes podem ser observados nos processos de integração de agricultores familiares com as indústrias de aves e suínos, por exemplo. Nesse caso, as empresas fornecem as matrizes, medicamentos e ração, impõem padrões de qualidade, tempo e quantidade de produção, enquanto os agricultores entram com a força de trabalho, as instalações, os custos de energia elétrica e a água. Ao final, estes agricultores recebem um preço que não cobre o valor da força de trabalho. Mas são considerados produtores independentes, por isso não têm direitos trabalhistas e trabalham muito mais que oito horas diárias para cumprir as exigências das indústrias.

Nas cidades, também há vários exemplos de como o capital se apodera de relações de produção que, aparentemente, não têm nenhum vínculo com a acumulação capitalista. Francisco de Oliveira dá um bom exemplo dessa situação, analisando a construção de casas nas periferias urbanas:

Uma não insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, super-trabalho. [...] contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado- a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com o processo de expansão capitalista [...]. (Oliveira, 2003, p. 59)

A partir desses exemplos, percebe-se que o capital utiliza-se de relações não capitalistas, para se beneficiar direta ou indiretamente. O estudo de caso do grupo de EPS da periferia de Goiânia mostrou que estas experiências não são impermeáveis às relações capitalistas de produção. Constatou-se que ali, eventualmente, reproduzem-se o trabalho alienado e a acumulação capitalista sob o discurso aparente da solidariedade e da participação coletiva.

No caso pesquisado, o capital subordina os atores sociais que deveriam estar numa relação solidária de trabalho e os transforma em “fantoques” para atender aos seus objetivos. Os trabalhadores, mesmo que percebam a exploração, estão sem alternativa de sobrevivência e acabam se submetendo às condições impostas. Desse modo, o que deveria ser uma alternativa de uma vida melhor, transforma-se numa exploração camuflada pela relação familiar, ou grupal no caso dos membros da Oficina e Produção de Artesanato Sustentável Moicato.

Estudo de Caso - Oficina e Produção de Artesanato Sustentável Moicato

Para entender na prática as relações de trabalho do grupo Oficina e Produção de Artesanato Sustentável Moicato, as autoras optaram pela aplicação de questionários entre os

participantes do grupo, por acreditarem que, desse modo, poderiam obter um número maior de informações necessárias ao objetivo do estudo. Mas também foram feitas observações de campo e entrevistas semiestruturadas com os coordenadores do grupo. Foram aplicados 20 questionários, o que corresponde a 2/3 dos participantes do grupo ou 75% - uma amostra significativa dentro do grupo. As perguntas eram abertas e fechadas, contemplando questões demográficas e condições de trabalho e moradia. Foram entrevistadas pessoas que participavam ativamente do grupo, permitindo, assim, às pesquisadoras confirmarem a contradição entre o discurso e a prática no grupo de trabalho.

A Oficina e Produção de Artesanato Sustentável Moicato nasceu em agosto de 2002, a partir de uma reunião na comunidade da área de posse do Jardim Goiás I, em Goiânia/GO. Esta reunião foi proposta por duas pessoas de fora da comunidade, os coordenadores do grupo, com o objetivo inicial de montar um grupo de trabalho onde todos da comunidade que tivessem interesse em artesanato pudessem participar e ganhar conforme a produção. Estes coordenadores eram artesãos, já há bastante tempo, e tiveram contato com a comunidade através de um projeto social de uma faculdade, na qual um deles estudava. Eram pessoas que não tinham qualificação para mobilizar e nem liderar o grupo de forma democrática. Nunca tinham participado da formação de um grupo de trabalho.

O grupo de trabalho, com 30 pessoas, dividido em núcleos familiares, foi organizado por essas duas pessoas que se dispuseram a ensinar à comunidade a fazer artesanato (brincos, colares e pulseiras) a partir de plantas e frutos do cerrado, como meio alternativo de sobrevivência. Mas a verdadeira intenção desses coordenadores era utilizar mão-de-obra barata para produção de seu negócio, sob o discurso da Economia Popular Solidária.

Os critérios para a participação no grupo, segundo os coordenadores, foram honestidade, responsabilidade e necessidade. Esses critérios foram avaliados conforme informações que os coordenadores obtiveram dos membros na própria comunidade. O discurso dos coordenadores do grupo era baseado numa relação de confiança, amizade, companheirismo, visando o crescimento de todos. Mas, desde sua formação, as relações de trabalho não foram construídas numa base coletiva, visto que, quando uns têm mais poder econômico, informação e controle dos processos de produção e comercialização que os outros, o poder de decisão não se equivale.

O modelo de grupo caracterizado pelas relações de Economia Popular Solidária, como visto no capítulo teórico, submergiu, dando lugar aos velhos atores da economia de mercado – o patrão e o empregado. Os coordenadores que forneciam a matéria-prima e o maquinário

eram, na prática, empregadores que tinham a propriedade desses meios de produção e se apropriavam da maior parte do valor gerado pelo trabalho coletivo. As outras pessoas, chamadas cooperados, eram, na realidade, força de trabalho barata em um processo informal de trabalho, submetidas à superexploração.

Não havia um local específico para a produção do artesanato. A igreja católica da comunidade cedia um espaço, mas as pessoas podiam levar a matéria-prima para casa e entregar o produto pronto depois. Ou seja, quem fornecia a matéria-prima não tinha custo com aluguel de imóvel e energia. Não seria problema se as sobras fossem divididas entre todos os associados. A questão central é que, ainda que, formalmente, o grupo se caracterize como EPS, na prática, os outros 28 membros estavam vendendo sua força de trabalho, o que caracteriza uma relação capitalista. Os trabalhadores ainda arcavam com alguns custos. Por exemplo: um colar modelo simples era vendido por R\$ 1,00 no atacado. Os dois coordenadores do grupo pagavam pelo seu feitiço R\$ 0,10 para o trabalhador e ficavam com o restante. Para os empregadores não havia obrigações trabalhistas, nem custos com energia, porque até as máquinas de lapidar a matéria-prima ficavam nas casas dos membros, as matérias-primas provenientes de frutos do bioma cerrado eram distribuídas gratuitamente por empresas alimentícias da capital goiana e/ou compradas a preços muito baixos. De modo que o maior gasto era com barbante e arcos para feixes dos brincos e colares. Vejamos, numa conta simples, quanto de lucro se tinha por item, retirando as despesas, na Tabela 1.

Tabela 1 – Despesas e lucro em R\$ pela confecção de um colar

Descrições de despesas e lucro	Valor R\$
Valor Pago ao trabalhador	0,10
Despesa com matéria-prima	0,40
Custo Total	0,50
Valor do produto vendido	1,00
Lucro auferido pelos coordenadores	0,50

Fonte: pesquisa de campo na Oficina e Produção de Artesanato Sustentável Moicato

O que se observa na tabela é uma grande desproporção entre o que os trabalhadores recebiam e o lucro auferido pelos coordenadores da Oficina. Os coordenadores tinham um lucro de 100% e ganhavam cinco vezes mais do que o trabalhador, evidenciando uma relação marcada pela desigualdade.

Em entrevista às pesquisadoras, os coordenadores do grupo declararam que, em média, a renda bruta mensal do grupo girava em torno de R\$ 10.000,00, a despesa com força de trabalho cerca de R\$ 3.000,00, e disseram não saber informar quanto se gastava com matéria-prima, nem informaram o valor da sobra. Vale destacar que o valor recebido pelos cooperados entrava na contabilidade deles como “gasto com mão-de-obra”, assim como ocorre em qualquer empresa privada.

O que se verifica a partir dessas práticas é que esta não é uma relação de trabalho solidário. Têm-se aqui todos os elementos de uma relação de trabalho que tem a “forma” solidária, mas o conteúdo de uma exploração capitalista. O problema é que o referido grupo estava enquadrado no estado de Goiás como um grupo de EPS, recebendo apoio técnico do Sebrae/GO, da Fundação Pró-Cerrado, do Clube da Semente, entre outras entidades. O grupo recebia espaço em feiras de artesanato no município e no estado, em atividades de âmbito regional e também nacional com o discurso de promover a sustentabilidade da natureza através da matéria-prima e da valorização do ser humano, proporcionando trabalho digno. Isso demonstra que há eventuais falhas do poder público na fiscalização dos grupos de EPS que apoia.

O grupo de trabalho era composto, em sua maioria, por mulheres entre 16 e 40 anos, com primeiro grau incompleto, e a renda familiar variando entre R\$ 260,00 e R\$ 600,00 reais. Das 20 pessoas pesquisadas, 80% disseram ter entrado no grupo por necessidade, para complementar a renda ou ter uma renda. Apenas 30% dos entrevistados tinham outra ocupação, ou seja, seis pessoas; sendo três domésticas, um vigilante, uma recepcionista e uma auxiliar em confeitaria.

Um 30% dos entrevistados confirmaram participação em atividades na comunidade, principalmente ligadas à associação de moradores e à igreja católica, demonstrando consciência da importância da participação em grupos comunitários para a melhoria de suas vidas. Mas, o restante participava apenas do grupo de artesanato e essa era sua primeira participação em qualquer tipo de coletividade. Na pesquisa, constatou-se que as pessoas que mais reivindicavam uma melhor remuneração eram as que participavam ativamente de atividades na comunidade. Mas essa reivindicação se dava de forma quase silenciosa, vinda através de sugestões, conversas informais e reclamações. Muitas pessoas, apesar de notarem que havia exploração de sua força de trabalho, mostravam-se gratas, porque pelo menos estavam tendo uma renda. A passividade dos membros do grupo diante da situação de exploração, a nosso ver, era muito mais por uma questão de necessidade do que por apatia.

Como a relação de trabalho é informal, 65% dos entrevistados acreditavam que havia coletividade, “ninguém manda em ninguém”, e 35% apontaram que existia uma relação patrão-empregado, apesar de haver amizade. Verifica-se, dessa maneira, que os entrevistados acreditavam não ter patrão, mas 75% não sabiam para onde era escoada a produção. Dos participantes, 85% acreditavam que o governo empurrava as pessoas para o emprego informal, na medida em que não criava oportunidades de renda; e 90% achavam que o governo tinha culpa por sua precária condição financeira, empurrando-os para o mercado informal.

Os 20 entrevistados disseram que sua vida melhorou depois que começaram a participar do grupo de artesanato. Para 60%, essa melhoria significou mais amizade, aprendizado e criatividade, e 40% disseram que a vida melhorou financeiramente. A renda mensal com o artesanato por pessoa variava, no final de 2004, entre R\$ 40,00 e R\$ 260,00. A renda média girava em torno de R\$ 150,00. De acordo com os coordenadores, inicialmente, a pretensão ao criar o grupo era melhorar a renda e não ser a única alternativa. Mas havia pessoas, como dona Conceição Gomes (67 anos), que tinham esse trabalho como única e exclusiva fonte de renda. Ela conseguia ganhar R\$ 260,00 com o artesanato, trabalhando 10 horas diárias.

Os participantes do grupo eram pessoas muito pobres, que viviam em condições de moradia muito precárias; 80% dos entrevistados tinham apenas televisão, fogão e geladeira como bens de consumo duráveis. A área de posse ainda estava irregular, embora já tivesse mais de 30 anos. Na maioria das ruas, não havia asfalto, e, na comunidade, não havia água tratada e nem rede de esgoto.

No grupo, não havia reuniões periódicas para discutir novos caminhos de crescimento conjunto, o desenvolvimento social e cultural do cidadão ou a preservação do meio ambiente. As reuniões eram para discutir as pautas objetivas do mercado, falar de prejuízo de matéria-prima e roubo destas. Numa total descaracterização do objetivo da EPS.

Considerações Finais

A experiência deste grupo de trabalho evidencia o que Oliveira (1999) chama de produção não-capitalista do capital, que, no caso aqui analisado, foi chamada de economia

solidária, embora os envolvidos não praticassem seus pressupostos. O que se pôde observar nesta pesquisa é que a força de trabalho despendida no processo produtivo cria um valor muito maior do que o valor recebido pelos trabalhadores, numa clara evidência de que alguns estão obtendo lucro graças à exploração do trabalho de outros.

O que se verifica neste tipo de prática é que os proprietários de alguns meios de produção (equipamentos e matérias-primas), além de explorarem a força-de-trabalho ainda “socializam” custos de produção através da substituição do trabalho-empresa pelo trabalho-casa (que chega a ser de 10 horas diárias). No discurso, essa transferência de local de trabalho é apresentada como “alternativa”, como “flexibilidade” sem caráter exploratório; mas, na prática, tira dos capitalistas os custos de infraestrutura e energia, deslocando-os para o empregado, aqui denominado de produtor independente. Há, na prática, a desintegração física da empresa, mas, mantém-se a lógica empresarial de cumprir cotas de produção, controle de qualidade, remuneração por produtividade. O capital constrói novas territorialidades sob o argumento da flexibilização/descentralização e se reterritorializa nas casas. Além disso, como não há constituição legal de uma empresa, não há o pagamento de impostos, taxas e nem direitos trabalhistas. E tudo isso com o apoio do Estado.

Outro fator relevante é a reprodução por parte dos trabalhadores do discurso dominante de que todos são trabalhadores independentes e não há patrão, visto no resultado da pesquisa. Nesse sentido, os patrões ganham uma roupagem de pessoas solidárias, preocupadas com as necessidades do próximo, enquanto, neste caso, o vilão da história é o governo, que não cria oportunidades. Não se pretende aqui eximir o Governo de qualquer responsabilidade com relação à precariedade da vida dessas pessoas, o que se quer enfatizar é que a EPS tem sido utilizada como mais uma forma de exploração da força de trabalho, só que sem os contornos nítidos da exploração capitalista. Enquanto o investidor da matéria-prima e equipamentos tem rentabilidade garantida, a maior parte dos membros do grupo, como foi apontado na pesquisa, considerou que a vida melhorou, em 60% dos casos, apenas no lado afetivo e aprendizado.

É no mínimo curioso pensar que, em um grupo de trabalho pequeno, 75% dos membros pesquisados não sabem para onde a produção vai, o que caracteriza um trabalho alienado típico do processo capitalista de produção de mercadorias em que o criador perde o controle de sua criação (Gorender, 1985).

Desse modo, até o hipoteticamente coletivo se desintegra do discurso solidário para dar espaço aos objetivos reais dos capitalistas: maximizar lucros, alienando produtores dos

frutos de seus trabalhos. E aqui o processo de alienação parece ser ainda mais fácil, uma vez que envolve pessoas com baixo nível de escolaridade, informação e renda e sem a mínima possibilidade de reivindicação já que não há uma organização trabalhista (sindicatos) para apontar desmandos, desníveis e saídas. Como argumentou um entrevistado, “foram eles que vieram oferecer uma chance para a gente. Eu só ficava devendo, agora o dinheiro que eu ganho no artesanato tapa buraco”.

Torna-se evidente a divisão social assimétrica do trabalho e, nesse caso, perde-se a total possibilidade de se falar em Economia Popular Solidária. Os que não têm capital, seja ele em forma de matéria-prima, equipamentos e/ou dinheiro, para investir subordinam-se a um processo de exploração, tornando-se meros instrumentos de produção do capital.

Por fim, esta experiência relatada no estudo de caso não é uma estratégia de sobrevivência baseada na Economia Popular Solidária. Trata-se de uma reprodução da exploração do trabalho humano, sob nova roupagem, em um nível micro – um grupo de trabalho.

A contribuição deste *paper* é justamente a de chamar a atenção para este tipo de prática, a utilização do conceito, do discurso e da configuração jurídica de Economia Popular Solidária por determinados grupos que destoam dos reais objetivos da EPS. E, por estarem revestidos dessa forma, estes grupos acabam ganhando espaços e privilégios à custa da exploração do trabalhador. A situação do grupo de trabalho Oficina e Produção de Artesanato Sustentável Moicato pode ser uma exceção como também pode ser um exemplo de uma prática frequente. Neste sentido, é preciso que se façam estudos mais abrangentes e numa perspectiva crítica no campo da EPS, bem como mais rigor das instituições governamentais na fiscalização e combate dessas distorções; uma vez que exemplos como este aqui analisado, além de contribuírem para manter as desigualdades sociais, abalam a relação de confiança de grupos que realmente se caracterizam como EPS com o público consumidor, que em muitos casos se dispõe a pagar mais por alguns produtos exatamente porque confia que são produzidos sem exploração do trabalho.

Referências

- ARRUDA, M.; BOFF, L. 2000. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul*. Petrópolis, Vozes, 208 p.
- BAQUERO, M. 2001a. Alcances e Limites do Capital Social. In: M. BAQUERO (org.), *Reinventando a Sociedade na América Latina*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, p.19-49.

- BAQUERO, M. 2001b. Capital Social na América Latina. In: M. BAQUERO (org.), *Reinventando a Sociedade na América Latina*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, p. 50-70.
- CASTELLS, M. 2001. *O Poder da Identidade*. São Paulo, Paz e Terra, 530 p.
- CAVAROZZI, M. 2000. Modelos de Desarrollo y Participación Política en América Latina: legados y paradojas. In: B. KLIKSBERG; L. TOMASSINI (orgs.), *Capital Social e cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica de Argentina, p. 197-215.
- GAIGER, L. I. 2000. As Organizações do Terceiro Setor e a Economia Solidária. In: *4ª Conferência Internacional da ISTR*, em Dublin. Disponível em <http://www.ecosol.org.br>, acesso em: 12/08/2004.
- GORENDER, J. 1985. Apresentação. In: K. MARX, *O Capital*. 2ª ed., São Paulo, Nova Cultural, p. 7- 72, Livro I, vol. I. (Coleção Os Economistas).
- ICAZA, A.M. 2004. *Tercero Sector y Economia Solidaria en el Sur de Brasil: características y perspectivas*. Disponível em <http://www.ecosol.org.br>, acesso em: 12/08/ 2004.
- LISBOA, A. 1998. *A Economia Popular no Contexto da Grande Transformação*. Florianópolis, UFSC. Texto para discussão. Disponível em <http://www.riless.org>, acesso em: 16/08/2004.
- LISBOA, A. 2004. *Os desafios da Economia Popular Solidária*. Disponível em <http://www.ecosol.org.br>, acesso em: 12/08/2004.
- MARTINHO, C. 2003. *Redes e Desenvolvimento Local*. Disponível em <http://www.rits.org.br>, acesso em: 12/04/ 2003.
- NAVARRO, Z. 2000. Inventando o Futuro das Cidades: pequena história do Orçamento Participativo em Porto Alegre. In: H. RATTNER, (org.), *O Brasil no limiar do século: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável*. São Paulo, Edusp, p. 211-230.
- LECHAT, N. M. P. 2002. As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil. In: *II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*. Unicamp/Campinas. Palestra proferida em 20/03/2002. Disponível em <http://www.uff.br/incubadoraecosol>, acesso em: 18/08/2004.
- OLIVEIRA, A.U. 2002. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: A.F. CARLOS, *Nos Caminhos da Geografia*. São Paulo, Contexto, p. 113-133.
- DE OLIVEIRA, F. 2003. *Crítica à razão dualística – o ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 150 p.

PERUZZO, C. 1998. *Comunicação nos Movimentos Populares*. Petrópolis, Vozes, 342 p.

PUTNAM, R. 1996. *Comunidade e Democracia. A experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 260 p.

SANTOS, M. 2000. A grande crise já se instalou. *In: C. BENJAMIN; L.A. ELIAS (orgs.), Brasil: crise e destino – entrevistas com pensadores contemporâneos*. São Paulo, Expressão Popular, p. 21-34.